

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

DIVAGAÇÕES CONJECTURAIS SOBRE O ANTIGO PASTOR MONTANHÊS DO NOROESTE DA IBÉRIA.

SÉRGIO, António

Ano: 1958 | Número: 68

Como citar este documento:

SÉRGIO, António, Divagações conjecturais sobre o antigo pastor montanhês do Noroeste da Ibéria. *Revista de Guimarães*, 68 (1-2) Jan.-Jun. 1958, p. 139-154.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Divagações conjecturais sobre o antigo pastor montanhês do Noroeste da Ibéria

À memória de Eduardo d'Almeida

A— Colhedores de alimentos e produtores de alimentos; lavradores e pastores.

Para o ponto de vista em que me coloco nas minhas hipóteses de interpretação histórica, os problemas de raça não importam nada. O que há de mais intrincado e de mais vago, de menos consistente e de mais fantástico, é o que se nos depara nas doutrinas rácicas; e, ou muito nos enganamos sobre tais assuntos, ou cumpre não ter a menor ideia das exigências de claridade na relação científica para pretender assentar conclusões históricas sobre bases tão frágeis e tão fugazes. Já se notou, e com inteira razão, que se os Turcos, os Húngaros, os Búlgaros, os Finlandeses, são hoje brancos, sem a mínima contestação possível, não é menos verdade que nos afirma a História, também sem a mínima contestação possível, a origem amarela da sua estirpe; e que, se os Etíopes actualmente nos aparecem negros, é quase certo serem de origem semítica, e por conseguinte de raça branca.

A forma assumida pela actividade dos povos depende das dificuldades com que têm de haver-se, provindas dos ambientes natural e humano: por isso encontramos, com grande frequência, populações dos mais vários lineamentos rácicos com feições históricas do mesmo tipo, quando são idênticas as condições geográficas ou as de natureza económico-social. (Do mesmo tipo, dizemos nós; mas não por necessidade perfeitamente iguais, dada a espontaneidade do espírito humano, que torna a adaptação essencial-

mente *activa*, encontrando às vezes soluções diversas para determinado problema que o ambiente impõe). Por outro lado, os caracteres físicos ou «naturais» dos homens — que seríamos tentados a atribuir à raça — estão em grande dependência das condições económicas, e Oliveira Martins pôde escrever por isso, nos seus *Elementos de Antropologia*: «Broca achou, entre os crâneos da vala comum e os dos cemitérios ricos de Paris, diferenças de capacidade mais graves do que em raças antropológicamente bem distantes. E inferir-se-á de aí que em Paris coabitam duas raças *naturais* — a dos pobres e a dos ricos? Não; são apenas, desgraçadamente, duas raças *sociais*!»

Tem-se declamado com arroubo lírico que o mar atraíu o Português de outrora; os antigos afirmavam, pelo contrário, a acentuada antipatia pela vida náutica dos habitantes do território que é hoje o nosso; e idêntica antipatia se notou nos Ingleses, até o dia em que as condições económicas deram como consequência o fazer dos Britânicos, como de nós outros, Lusos, um dos povos mais navegantes da moderna Europa. Os Fenícios meteram-se a sulcar as ondas porque o chão apertado sobre o qual moravam lhes não dava suficientes condições de vida; e os Gregos asiáticos, como se sabe, aventuraram-se às fainas comerciais marítimas porque a oposição dos povos do interior da Frígia não deixava dedicarem-se aos trabalhos terrestres as novas gerações que iam aparecendo e crescendo, sem poderem encontrar o seu modo de vida no contorno exíguo do território pátrio. Ou erramos muito, ou os povos navegam por necessidade económica, sempre que a terra lhes não é bastante a satisfazer o estômago ou a ambição. Alexandre Herculano, tratando das causas da emigração portuguesa no próprio tempo em que ele escrevia, não deixou de notar, com cabal bom senso, que «o excesso da população em relação aos recursos foi, é, e há-de ser, em todos os tempos e lugares, o incentivo ordinário das migrações que têm povoado e hão-de ir povoando o globo»; e acrescentava: «por isso continuo a persuadir-me de que é, não a influência germânica», (disse-se também

que a do génio céltico) «nem o oceano, mas a miséria, a verdadeira co-ré dos engajadores». A «atração do mar», o ideal desportivo ou a sugestão poética nunca foram causa das navegações de um povo.

A principal fonte da civilização nasceu porventura no vale do Nilo, de aí se difundindo por todo o globo, transmitida por grupos de aventureiros que partiam em busca de substâncias profícuas (ou que se julgavam benéficas). Antes disso, apenas existiu pela redondeza da Terra o que chamamos o «homem natural», o primitivo, o colhedor de alimentos, — que cumpre não confundir com os povos «selvagens», os quais já receberam a «civilização», e por isso conhecem o trabalho agrícola, o uso dos metais, as classes sociais, os chefes hereditários, a religião, as leis, as cerimónias de entêrro, de casamento, etc. Ao que se me oferece pensar, o que hoje sabemos sobre o primitivo *autêntico* confirma a tradição da «Idade de Ouro», como se acha delineada pelo grego Hesíodo, pelo chinês Lao-Tzé, pelo romano Ovídio. Afigura-se-nos o primitivo uma criatura simples, verdadeira, pacífica, inofensiva, com grande aptidão para a arte do desenho e talento admirável para as obras de mãos. Alegre e afável, não deixa, por isso, de ser cauteloso, pronto à defesa se o ameaça um perigo. Qual o imagino, nunca toma a iniciativa de acometer um homem; atacado, porém, sabe resistir enérgicamente e chama companheiros em seu auxílio. Apesar da habilidade de que nos ministra provas, não manifesta tendência a criar «civilização», a arrecadar provisões para futuros dias. Não possui o primitivo propriedade alguma, afora os instrumentos que na caça emprega, ou com que colhe os vegetais de que tira alimento. Passa a existência num grupo familiar, cujo vínculo essencial é o amor dos filhos. Pertence a cada grupo território próprio, o qual é respeitado pelos outros grupos. Não há cerimónia de casamento entre eles. Da liberdade sexual da adolescência resultam casais que se vão mantendo, por via de regra, perfeitamente fiéis.

Para esse originário colhedor de alimentos, primitivo autêntico, não existe civilização, nem tão-pouco «sociedade», nem tão-pouco história. A «sociedade»

(que não sai da família, como se supôs outrora), afigura-se-nos aparecer com a *produção* de alimentos, que exige um trabalho organizado e em comum. Haverá para estes — para os produtores de alimentos — uma só civilização e uma só história, de que participam todos? Crêmo-lo plausível. O futuro o dirá.

Se não estamos em êrro, esse primitivo colhedor de alimentos ainda há pouco se encontrava à superfície do globo, — como nos pigmeus da África equatorial, nos Bochimanos que vivem no Sul desse continente, em alguns habitantes dos juncaais da Índia, nos Veddahs caçadores do interior de Ceilão, nos Sakais e Semangues da península malaia, nos Punans de Bornéu, nos Kubus de Samatra, nos Negritos das Filipinas e da Nova-Guiné, nos Esquimós, Ostiaks, Samvietas, etc.

Oliveira Martins, seguindo a etnografia tradicional, falou dos «fenómenos naturais da guerra, da posse, do amor, do mando»; mas nós inclinamo-nos, sem embargo de tudo, a aceitar a idea de que nem a guerra, nem a posse, nem o mando, são resultados espontâneos da natureza humana; a de que nasceram num grupo particular de indivíduos, por condições especiais do seu ambiente fisico, e a de que se transmitiram, ao depois, de umas regiões para outras. A civilização, no entanto, que assim alastrou, — levando a guerra, a posse, o mando, a religião primitiva, etc., etc., com o trabalho agrícola e o uso dos metais (com a *produção*, numa palavra) — tende a degradar-se, ao que se afigura, por variados motivos, nas margens da zona civilizada do globo, sendo acompanhada essa degradação cultural de uma passagem da agricultura para o pastoreio: e assim nasceram, ao que parece provável, as aristocracias guerreiras que nos apresenta a História, as sociedades «heróicas». No número de tais povos de pastoreio, que escumavam na orla da civilização sedentária e que invadiam a zona de agricultores, com o escopo de os subjugarem e de viverem deles, parasiticamente, estamos em supor que se poderão contar aqueles a quem se chama Lusitanos.

Ora, assim como aos bandidos da Lusitânea os vemos na orla da civilização agrícola que florescia

no vale do Guadalquivir, — assim nos aparecem os bandidos romanos na orla da zona da civilização etrusca. O Romano, nessa hipótese, seria exemplo de um guerreiro que se tornou agricultor sem perder a capacidade de fazer a guerra; por motivos de estratégia, veio ele à Espanha; e acabou por vencer o pastor lusitano, obrigando-o a descer dos seus altos poisos e a dedicar-se também à cultura da terra, — a transformar em campos de produção agrícola os vales e as encostas das serranias, e a deixar os vizinhos em boa paz.

Certos antropologistas da actualidade distribuem as comunidades em dois grandes grupos: o dos colhedores de alimentos (caça e colheita de vegetais comestíveis), verdadeiramente primitivos e «naturais», e o dos produtores de alimentos, — agricultores ou pastores; e ao passo que os homens colhedores de alimentos são essencialmente de carácter pacífico, correspondendo de modo bastante sensível ao ideal tradicional da Idade de Ouro (ou seja a Idade em que não havia ouro, nem as lutas inerentes à propriedade privada), os pastores propendem, por via de regra, para a vida belicosa do banditismo. Obrigados a deslocarem-se para procurar pastagens, e à orgânica militar, e ao uso das armas, para guiarem e defenderem os rebanhos em marcha, destas se servem para submeter os agricultores e viverem à custa do seu trabalho.

Posto isto, examinemos a índole dos povos pastores no ambiente geográfico que lhes oferece a montanha, pois talvez por aí se possa fazer ideia do verdadeiro carácter do Lusitano.

B. — *Condições de vida dos pastores montanheses.*

A utilização da montanha para criação de gado é fenómeno que se encontra por toda parte; sucede, todavia, que o ambiente geográfico das serranias dá poucos recursos ao montanhês. As pastagens das altitudes, como se sabe, alimentam os rebanhos de modo fácil durante a primavera e no correr do verão; porém, somente à custa de um labor duríssimo sustentam os animais na quadra fria. São conhecidos,

por via de regra, os óbices com que lutam a tal respeito os montanhese da Suíça e da Noruega, os dos distritos serranos do país germânico. Os mais áspereos esforços, apesar de tudo, não chegam a superar as dificuldades, e de aí o recurso a estes dois processos: a emigração (guerreira ou pacífica; definitiva ou efémera) e a restrição voluntária da população (umas vezes pela poliandria; outras, pela vida monástica; e sabe-se que na nossa serra do Barroso os homens se mantinham celibatários dentro da sociedade familiar). Dava-se o fenómeno da emigração nas regiões montanhese de toda a Europa, de maneira geral e muito notável, antes que a energia hidro-eléctrica introduzisse modificações do maior alcance nas circunstâncias de vida das greis serranas. Os Suíços, no outono, desciam dos Alpes e do Jura, a empregar-se como criados ou pasteiros; os Auvernheses, pela mesma época, abandonavam também os lares da montanha e vinham empregar-se nas terras baixas, como canteiros e carregadores, regressando no estio ao seu pastoreio com o pecúlio amealhado durante o inverno. Outros habitantes das serranias escolhem os misteres de vendedores ambulantes, de músicos erráticos, de carregadores: é o que se dava na Itália com os da Bisilicata, por exemplo; o que sucede com os Cabilas das montanhas do Atlas; com os Galegos das regiões serranas, que oferecem os seus serviços por toda a península ou abalam para os países da Sul-América; com as mulheres das montanhas asturianas, que vão ser criadas e amas secas nas cidades do centro e do Sul da Espanha; com os Cazires dos montes da Basutolândia, que emigram para as minas do Transval e do Cabo; com os Bataques das serras orientais de Samatra, etc., etc.

Em outros casos, é um serviço de natureza guerreira — um mister mercenário — o que vai exercer pelas terras baixas a população excedente das serranias. Conhece-se o exemplo dos mercenários suíços, desde o século xviii, por toda a Europa; papel idêntico, em vários lances, representaram os montanhese das montanhas da Escócia, e sabe-se como os Ingleses, no exército da Índia, empregam

os Gurkas do Nepal himalaico. As mesmas condições de ambiente geográfico provocaram na Europa as invasões normandas no século nove e no século dez.

Este exemplo das invasões normandas nos leva à forma de emigração colectiva que adoptam os montanhese das regiões mais bárbaras: a do banditismo. O banditismo dos pastores serranos relaciona-se com as condições do ambiente físico. A insuficiência dos recursos que a montanha oferece é problema que se resolve por meio do roubo, exercido sobre os povos agricultores vizinhos. Estrabão, o geógrafo grego do primeiro século, fala-nos do banditismo das tribos alpinas; das do Norte da Espanha; das da cordilheira balcânica; das dos montes circumpostos à Mesopotâmia. O mesmo se observa, mais modernamente, com os pastores montanhese da região do Hunze (Himalaia), que operavam razias no vale do Gilgite; com os Highlanders da Escócia; com as tribos do Cáucaso, que tanto incomodaram os governantes russos; com as tribos kurdas das montanhas da Arménia, que viviam de pilhagem sobre os Arménios agrícolas, etc., etc. Entre tais montanhese, a aptidão para o roubo é das maiores virtudes. Da educação dos príncipes circassianos fazia parte a prática do roubo, e sabe-se que um grupo de Abissínios costumava escolher para seu chefe o mais hábil ladrão que entre eles havia.

Um outro carácter dos pastores das serras é a sua inaptidão para a unidade política, o pendor natural para as rivalidades de grupo. Observou-se este facto entre os montesinhos da Ibéria, ao tempo das lutas que sustentaram com Roma. Os historiadores apresentaram-no como qualidade rácica; porém, comprova-se o fenómeno entre os pastores serranos de todas as latitudes e de toda estirpe. As exigências superiores da defesa e do ataque congregam as classes sob o comando de um chefe, — sempre, porém, com vínculo passageiro, relutante e frágil. Isto se verificou nos montanhese da Arcádia, na antiga Grécia: a necessidade de se defenderem da ambição de Esparta não os teria levado à união dos esforços se o génio de um Epaminondas não houvesse inter-

vindo; apesar de tudo, porém, não foi uma liança vivedoira e sólida. Essa mesma repugnância à agregação política se encontra nos povos montanhesees do Cáucaso, nos das regiões do Himalaia, nos do Luristão persa, nos do Kurdistão montanhês, nos da Alta-Albânia...

Concretizemos na Albânia as condições do fenómeno.

O acidentado do terreno, — ali e alhures, — é carácter desfavorável à economia agrícola; e, se nas terras menos altas sempre se produz algum milho, a maior parte do solo é para pastagens de gado, ovelhum e caprino.

Ora, esta exploração (como é sabido) resulta mais cómoda e mais rendosa se se deixarem as pastagens indivisas. Ai, como a erva não exige nenhum cultivo, não há os inconvenientes da exploração colectiva, e é mais prático para as diversas famílias o confiarem o gado a um pastor comum do que enviarem um parente ou um servidor, e do que darem-se ao cuidado de instalar divisórias, — as quais representariam, em tais circunstâncias, um género de tarefa inteiramente inútil. Esta propriedade colectiva do solo é carácter constante entre os pastores montanhesees. Via-se no Norte de Portugal.

Os diferentes trabalhos para a manutenção da vida estão todos a cargo das mulheres, «O homem» (diz Pouqueville, que foi cônsul geral junto de Ali, pachá de Janina, de 1805 a 1815, e que publicou pouco depois a sua *Viagem na Grécia*) «o homem espera tudo da família... para ele, a única occupação é tratar das armas, do calçado, da confecção dos cartuchos, da boa conservação das munições de guerra; e todo o restante do tempo o passa a vegetar e a fumar». (Ver também M. Edith Durham, *High Albania, passim*). O «todo o restante do tempo» refere-se naturalmente ao tempo de paz, que é o tempo incaracterístico do montanhês. Porque o seu modo de vida é pròpriamente a guerra, ou seja a pillhagem sobre os seus vizinhos. Com efeito, se é comum o solo em que os rebanhos pastam, o homem é um individualista e um ser bravo, que tem de defender a sua própria pessoa, os seus que-

ridos objectos com que se arma e adorna, os animais do rebanho com que se sustenta e aos seus, e a pequenina cultura em que a mulher trabuca. Por consequência, vive em permanente pé de guerra... Mas revertamos ao texto de Pouqueville. «O banditismo é uma parte da indústria nacional. Os Albaneses são estimados pelos compatriotas na exacta proporção do valor do saque que conseguem trazer para sua casa. Vi, em Premiti, um Toxide que nunca deixava de efectuar as suas campanhas anuais, para além do Vardar; e, conhecido como ladrão famoso, era o corifeu do seu rincão. As ideas comuns a tal respeito são que um indivíduo que não lesa os vizinhos ou a autoridade da sua terra, e que dá o corpo ao manifesto, não faz senão usar dos seus direitos. Vê-se no mister do roubo público o das primeiras armas de um albanês; e, quando se alcança o êxito, constitui ele a verdadeira estrada para as dignidades superiores no império turco. Tal o caminho que conduziu, nestes últimos tempos, Passevend Oglu a paxá de Vidin; Ismael, bei de Serré — que não quis jamais um título público, — ao comando da Macedónia Transaxiana. Tive, nas minhas relações particulares, mais directo exemplo ao ouvir Ali, paxá de Janina, narrar-me como, de chefe de bando, chegara a vizir. Todo se extasiava o mesmo Ali quando imaginava que essas tendências suas as via renascerem num netinho de quem cria fazer o mais belo elogio dizendo que esse jóvem pimpolho do crime ainda havia de ser um dia, tal qual o avô, um ladavaz valentíssimo, devorador dos irmãos e dos vizinhos.»

Mas esta existência seria impossível sem um mínimo de sociedade e de coesão. A unidade político-social efectua-se aqui no clã de guerra. «Não existe unanimidade nem conjunto, a não ser quando a casa e o altar são ameaçados por inimigo estrangeiro. Como habitualmente, todavia, não há nada a temer por esse lado, cada um dos cantões livres compõe-se de aldeias independentes, e estes lugarejos distribuem-se em «*faras*» (partidos), que recebem voluntariamente a impulsão de um chefe (ou de vários chefes) que para si tomaram. Ódios há que

mantêm as faras — e não só as faras mas as famílias, e os próprios indivíduos que as constituem, — em permanente desconfiança e hostilidade surda. Como efeito deste hábito nos espíritos, que os torna inquietos e suspeitosos, ocorre na construção de um povoado albanês uma forma de cabana particular e distinta. Cada moradia tem ameias, ou então é fendida por seteiras, mascaradas por um rebôco externo; e encontra-se sempre bem isolada, livre do contacto das outras casas. As famílias pertencentes a um mesmo partido, ou à mesma raiz genealógica, afastando-se como por ramos colaterais do antepassado comum de que descendem, formam, escalonadamente, bairros em torno de uma eminência, ou então no cimo de um planalto escarpado, de maneira que possam socorrer-se entre si, sem deixarem porém de se precaver contra todos os possíveis cometimentos de qualquer homem da mesma fara... Pode suceder estalar a guerra entre dois indivíduos da mesma fara, ou de bairro a bairro, sem que os outros participem nessa luta. Se uma aldeia, porém, ou uma cidade, combate outra cidade ou outra aldeia, a cousa assume carácter grave. Estas disputas, como nos séculos homéricos, derivam do rapto de algum Adónis, ou do furto cometido numas tantas cabras, e amiúde de dúvidas que se suscitam acerca dos limites dos percursos; e, como não é possível resolver pelas leis, que não existem numa população anárquica, impõe-se o recorrer à decisão pelas armas. A gente reúne-se, delibera, e os ódios existentes de indivíduo para indivíduo sofrem um adiamento nas facções... É difícil imaginar, em casos tais, de quantas intrigas se faz emprego, de que meios engenhosos se lança mão, para aumentar o número dos partidários próprios ou atrair os facciosos de outro bando. Se entram em campanha, é às apalpadelas; buscam conquistar um desfiladeiro, para se apoderarem das comunicações; é como que uma tomada de postos avançados o levar o incêndio aos moínhos de vento, o que priva de^m farinhas uma aldeia inimiga; e alcançam um triunfo maior da marca se conseguem ocupar uma posição eminente bastante próxima do adversário para o poder insultar cantando injúrias.»

C — O pastor montanhês do Noroeste da Ibéria.

Tal o carácter e os modos de vida que tende a tomar o pastor da montanha («que tende a tomar», dizemos nós aí: não adoptamos, como o leitor já sabe, um determinismo geográfico universal e rígido, daquela espécie a que chamou Camilo «explicação dos homens pelas coisas», porque em cada caso particular histórico há variados factores a tomar em conta, e porque cremos na iniciativa e inventividade do espírito como factores eficazes da evolução social).

Ora, se nos dermos a aproximar o que aí trasladámos com aquilo que os antigos e que os sábios de hoje nos dizem dos costumes dos Lusitanos, — não devemos concluir que a semelhança é perfeita? E far-se-á mister, para explicar tais costumes, recorrer à hipótese de um «génio da raça»? Pois não será lícito inferir dos factos que o carácter do pastor do Noroeste ibérico vem a ser o carácter do pastor montanhês, tal como as circunstâncias o condicionam? (Não diremos «determinam», mas «condicionam»). Coteje-se a descrição do montanhês da Albânia, feita por Pouqueville ou por Edith Durham, com o que nos relata Estrabão dos Lusitanos, e que anda citado pelos eruditos: «A região situada entre o Tejo e os Ártabros» (no extremo Noroeste da Península Ibérica), «é habitada por cinquenta tribos. Apesar de a terra (em parte) ser rica em frutos, gado, ouro e prata, os habitantes preferiam à sua cultura o roubo, e viviam permanentemente em guerra com os vizinhos do outro lado do Tejo. Só os Romanos puseram termo a isto: transformaram as povoações fortificadas em aldeias abertas e levaram também algumas tribos para melhores terras. Os autores dos latrocínios eram naturalmente os habitantes das montanhas do Oeste e Noroeste. Como tinham uma terra má e eram pobres, lançavam-se sobre as terras melhores, que eram dos outros. Estes defenderam-se contra os montanheses, enfraqueceram nos seus campos e começaram também a guerrear, em vez de agricultural... Todas as tribos das montanhas vivem com simplicidade, bebem água e dormem sobre a terra nua. Usam os cabelos compri-

dos como as mulheres; em combate prendem-nos com uma fita que passa pela fronte. Comem de preferência carne de cabra... Dois terços do ano vivem de bolota, que torram, esmigalham e moem para fazer pão, que lhes serve de reserva; têm também cerveja». (Por este traço defini-los-íamos como transição entre o colhedor e o pastor). «Falta-lhes vinho; mas, quando alguma vez o têm, depressa o bebem, organizando uma festa com a parentela. Em lugar de azeite empregam manteiga... Tal é a vida das tribos montanhesas, entre as quais compreendo os habitantes da região do Norte: os Calaicos, Ástures, Cântabros, até o território dos Vascões e os Pirenéus».

Tais costumes, como se vê, alarga-os o geógrafo à região montanhosa, tanto do Norte de Portugal de agora (ou Aquém-Tejo) como do Norte da Península inteira, — da Galiza a Navarra, em primeiro lugar; e depois, à extrema cordilheira dos Pirenéus.

Sublinha Schulten no seu *Viriato* (traduzido em português por Alfredo de Ataíde) que os «Lusitanos estavam divididos em muitas fracções, que constantemente se guerreavam entre si e com os vizinhos»; depois, fundando-se em Apiano, nota que Viriato não conseguiu a unidade, «antes junto dele vemos uma série de pequenos guerrilheiros, que por sua conta fazem a guerra com Roma»; e acrescenta: «nada facilitou tanto aos Romanos a submissão final dos Iberos como este particularismo. Visto que era mais fácil, militarmente, vencer os bandos isolados, a arte diplomática da República estabeleceu a célebre fórmula *divide et impera*, pela qual se aproveitava de um cabecilha para o lançar contra os outros. Deste modo caiu, finalmente, Viriato, pela traição da gente da sua camarilha».

A disposição das habitações dos pastores do Noroeste, que nas velhas cidades nos é dado observar, concorda com o que vimos em Pouqueville acerca daqueles «bairros em torno de uma eminência, ou então no cimo de um planalto escarpado», dos montanhesees da Albânia. Alberto Sampaio, em *As Vilas do Norte de Portugal*, falando das moradas das cidades, diz o seguinte: «as casas, geralmente

redondas, algumas quadradas, tinham um só compartimento, com o lar provavelmente ao meio . . . Posto que uma ou outra vez se vejam arruamentos, as edificações afectam contudo uma disposição particular: juntam-se em grupos de pequenas casas, com um pátio comum ladrilhado, não raras vezes em xadrez ou quincôncio, — disposição muito característica, e que deve ser tomada na maior consideração, pois indica que a população se repartia em pequenas unidades».

Podemos fantasiar as habitações de pedra distribuídas pelos cumes da serra, os quais emergiam como ilhas cinzentas sobre a densa floresta que lhes coleava em torno, atochada e húmida, e que se ia estendendo pelos vales paludosos como rios imensos de cachoeiras verdes, cobertos às vezes por uma neblina clara. Era nessa floresta circumposta aos píncaros que se embaraçavam mais tarde os soldados de Augusto.

Quando havia paz, os homens dormiam; as mulheres trabalhavam. O fazerem os serranos o seu pão de glandes (não seriam castanhas?) e não terem vinho nem azeite, o usarem a manteiga em larga escala, e ainda o não comportarem as moradias celeiros, persuade que se vivia do pastoreio e da simples colheita de frutos silvestres, quase exclusivamente. Colhedores e pastores. Para a moagem das glandes de que se fazia o pão é que teriam préstimo as mós normais, nas ruínas dos castros tão frequentes. O clima da região, bastante chuvoso, originava a abundância de fartas pastagens, que permitiam a sustentação de rebanhos copiosos, principal alimento dos montanhese. «Comem de preferência carne de cabra», como o Estrabão relata. E predominaria entre eles, ao que nos quer parecer, o regime da propriedade colectiva de aldeia. Dizêmo-lo dos *montanhese*s da Península Ibérica: que o problema das formas da propriedade imóvel nos tempos anteriores à ocupação romana não poderá encontrar uma solução bem clara enquanto a buscarmos para toda a Espanha, sem atentarmos às diversidades de condições locais: pastoreio ou cultura, serra ou planície.

D — O parasitismo do pastor lusitano sobre o agricultor andaluz.

Para as bandas do Sueste dessa população do Hermínio — exemplar do tipo do pastor da montanha, se não estamos em erro, — havia então um representante notável de uma outra espécie de sociedade humana: o tipo do agrícola; o tipo do vale. O Andaluz achava-se, não na cercadura, mas já no interior da civilização geral, e era habitante de uma região opulenta, presa atractiva para o pastor do Noroeste. Aos lavradores andaluzes, os de Roma designavam-nos por Turdetanos, ou seja habitantes da comarca de Turda, nome latino correspondente a Tartessos.

A privilegiada planície da Andaluzia complana-se ao Sul do planalto ibérico, prolongando-se entre o rebôrd meridional da Meseta (a Cordilheira Moriânica, ou Serra Morena) e a muralha branquíssima da Cordilheira Bética, a qual toma o nome de Serania de Ronda ao Norte do Estreito de Gibraltar (permitam-nos o uso das designações actuais) sobre que assentava a povoação de Carteia. O célebre rio que percorre a campina — o Betis antigo, ou Guadalquivir, — é muito inferior em comprimento de curso aos três grandes rios que desaguam para o Oeste: o Douro, o Tejo e o Guadiana; mas excede-os a todos pelo volume das águas, pelos benefícios agrícolas. Por isso, já de longe uma sequência de pequeninas cidades se tinham ido desenvolvendo pelo vale do rio, que não tem as margens alcantiladas nem as cheias violentas dos do planalto. Até Sevilha — a antiga Hispalis — alongam-se os efeitos das marés atlânticas; de aí para juzante, todavia, há terras baixas de aluvião que a própria corrente depositou, formando um delta pantanoso e inóspito onde as águas se escoam dispersadamente, num lento percurso por vários braços. Já fora do delta, e em contacto com o mar, o comércio desenvolveu duas cidades célebres, que mostram o tipo social do comerciante marítimo: Tartessos e Cádiz. Tartessos morrera; perdurava Cádiz. Antes de florescerem Grécia e Roma, já a civilização do velho Egipto havia irradiado pelo Norte de África até o litoral da Península

Ibérica; e Tânger, Málaga, Cádiz recebiam a visita dos navios fenícios, intermediários do tráfico entre o Ocidente e o Oriente.

Se foi grande a importância de Sevilha e de Cádiz, é que não era tão só da fertilidade do solo que se derivavam os esplendores da região andaluza. Com efeito, desde muito tempo que a Serra Morena se havia celebrado pelos seus minérios, que atraíam a Tartessos os mercadores do Levante, sobredoi-rando assim pelo comércio e pela indústria as riquezas agrícolas desse país edénico. O clima, naquele extremo da Europa tão chegado à África, tem o quente e o temperado da região marroquina na planície subatlântica para aquém do Atlas, e apura-se por vezes com uma suavidade esplêndida. A feracidade do solo dá aroma aos frutos, abundância aos agros; e ao florir do arvoredor, na primavera cálida, paira e circunfunde-se pelo ar ambiente o perfume delicioso dos laranjais. Os gregos antigos, anteriores a Homero, situaram na Andaluzia os seus Campos-Elísios, e o Jardim das Hespéridas foi fantasiado ali.

Nada mais aliciante — pois não é assim? — para as incursões depredadoras dos pastores do Hermínio. Descendo nos seus pequenos cavalos e acompanhados dos vizinhos que lhes ficavam a Leste (os da Serra da Gata e os da Serra de Gredos) eles arrasam consigo as populações do Alentejo, gentes a que Plínio dá o nome de Célticos, — e irrompem em pilhagens pela terra andaluza (193 antes de Cristo), em que as tropas dos Romanos tinham entrado já (tomaram estes Cádiz em 206, e depois cidades do interior da planície). Consignam as obras dos historiadores antigos o aparecimento dos montanhesees nas cercanias de Hasta, assim como nos povoados da costa Sul, de origem fenícia; e mostram-nos que subiram todo o vale andaluz, por isso que chegaram até Ilugo, nas cabeceiras do rio. Depois, desde o ano de 154, vencem sucessivos pretores romanos, invadem e saqueiam a região algarvia, passam à África atravessando o estreito, e avançam aí até a altura de Arzila, onde o consul Mumio conseguiu derrotá-los. Entretanto, as vitórias dos montanhesees sobre os soldados romanos incitavam à revolta as populações

do planalto. Em 152, todavia, conseguiu Marcelo a paz com eles, e o exército do Norte achou-se livre para empreender uma campanha no Meio-dia. Lúculo assenhoreou-se principalmente dos chefes, e aniquilou os seus bandos; Semprônio Galba tratou com os serranos, oferecendo-lhes terras; depois, dividiu-os em magotes e desarmou-os; e por fim, quando os viu separados e de todo inertes, — cercou-os à traição, matou trinta mil (assim diz Suetónio) e vendeu como escravos os que escaparam (150 a. C.). A indignação pela felonía retumbou na Espanha, e na própria Roma Catão o Antigo e o tribuno do povo Escríbónio Líbio acusaram o pretor pelo acto pérfido (149). Galba defendeu-se com três discursos, e acabou por representar uma cena trágica: fingindo-se resignado a receber a pena, abraçou-se lacrimoso a dois filhos seus, e recomendou-os ao povo. Olhassem pelos desgraçados, que iam ficar à míngua... E foi absolvido. De algum préstimo, aliás, lhe seria o ouro que roubara em Espanha.

Águas passadas? Não; não puderam sê-lo. Diante do Romano, o ímpeto de vingança fez surgir o Viriato. E depois, morto o Viriato, vencedor o Romano, o domínio deste teve por principais consequências a descida de indígenas para terras baixas e a instauração legal da propriedade privada.

ANTÓNIO SÉRGIO